



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Informações do Município



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Transparência no Município

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA José dos Quatro Marcos

	PREFEITURA	CÂMARA
Ouvidoria	Sim	Sim
Portal Transparência	Sim	Sim
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão	Sim	Sim

Inserção da Relação dos Conselhos no Portal Transparência

PORTAL TRANSPARÊNCIA DE SÃO JOSÉ DE QUATRO MARCOS

Ano	Número de Conselhos
2018	7 Conselhos Alimentação Escolar, Assistência Social, Fundeb, Saúde, Direitos da Criança e do Adolescente, Proteção e Defesa do Consumidor, Infraestrutura de Logística

Inserções de dados dos Conselhos de São José Quatro Marcos

ANO	SISTEMA APLIC	BANCO DE DADOS DA SAI
2015	Fundeb, Saúde	-
2016	Nenhuma informação	-
2017	Assistência Social, Criança e do Adolescente, Idoso, Tutelar, Habitação e Saneamento Básico	-
2018	Nenhuma informação	7 Conselhos Alimentação Escolar, Assistência Social, Fundeb, Saúde, Direitos da Criança e do Adolescente, Proteção e Defesa do Consumidor, Infraestrutura de Logística

Conselhos Obrigatórios para serem enviados no Sistema Aplic

	Conselho de Políticas Públicas
1	Saúde
2	Fundeb
3	Assistência Social
4	Direitos das Criança e do Adolescente
5	Idoso
6	Habitação e Saneamento Básico
7	Tutelar

Consolidando informações sobre os Conselhos de São José Quatro Marcos

	NÚMERO CONSELHOS			
	2015	2016	2017	2018
Portal Transparência de São José dos Quatro Marcos	-	-	-	7
Informados no Sistema Aplic	2	-	5	-
Banco de Dados da SAI	-	-	-	7

Estímulo de envio das Audiências Públicas de São José dos Quatro Marcos

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ESPAÇO CIDADÃO DO TCE-MT

MUNICÍPIO	ANO	ASSUNTO
São José de Quatro Marcos	2015	➤ Nenhuma audiência encontrada
	2016	➤ Nenhuma audiência encontrada
	2017	➤ Nenhuma audiência encontrada
	2018	➤ Nenhuma audiência encontrada

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Resultados alcançados pelo Controle Social em parceria com o Controle Externo



Normativas do TCE-MT

PDI

➤ **Resolução Normativa 12/2013**

Institucionalizou o PDI no âmbito do TCE-MT

➤ **Criação do Projeto 6 – TCEndo Cidadania**

Estimular a interlocução entre o Poder Legislativo, os Conselhos de Políticas Públicas e a Sociedade, fomentando a ação fiscalizadora das câmaras municipais sobre as políticas públicas e a participação do cidadão na gestão pública

➤ **Resolução Normativa 17/2017**

Dispõe sobre a instituição definitiva, no âmbito do PDI, do Projeto de Aprimoramento do Sistema de Controle Interno dos Fiscalizados – Projeto Aprimora



Normativas do TCE-MT

TRANSPARÊNCIA

Resolução Normativa 25/2012

Aprovou a Guia de Implementação da Lei de Acesso à Informação e criação de Ouvidoria (Prefeituras são multadas por não cumprirem a lei)

Resolução Normativa 14/2013

Inclui o Anexo III à RN nº 25/2012, que aprovou o Guia para Implementação da Lei de Acesso à Informação e Criação Ouvidorias dos Municípios



Normativas do TCE-MT

SIC

Resolução de Consulta Nº 07/2014

Obrigatoriedade de instituir um canal de comunicação com o cidadão. Viabilização por meio de sistema de ouvidoria



ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Resolução Normativa 34/2016

Aprova a Matriz de Riscos e Controles – MRC aplicável aos processos de gestão dos programas de alimentação e nutrição escolar dos entes fiscalizados pelo TCE-MT

Normativas do TCE-MT

LOGÍSTICA DE MEDICAMENTOS

Resolução Normativa Nº 08/2016

Aprova a Matriz de Riscos e Controles – MRC aplicável aos processos de logística de medicamentos dos entes fiscalizados pelo TCE-MT

CDCE

Resolução de Consulta Nº 09/2017

Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) deve seguir a Lei de Licitações nº 8.666/93, nas aquisições de bens e serviços e ou contratações



Normativas do TCE-MT

CONEX

Inserido nos relatórios de auditorias informações dos Conselhos de Saúde, Educação e Alimentação Escolar

MULTAS

Processo nº 221074/2017

Prefeitura de Reserva do Cabaçal - foi multada por não implantar o Portal Transparência

Processo nº 215422/2017

Câmara Municipal de Juína - foi multada por deixar de cumprir com vários itens da Lei da Transparência



Normativas do TCE-MT

MULTAS

Processo nº 141860/2017

Prefeitura de Nova Maringá - deve disponibilizar, no prazo máximo de 90 dias, todas as informações necessárias no Portal Transparência, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação e na Constituição Federal, sob pena de multa. No Site, não há qualquer informação a respeito do quadro de pessoal, relação de servidores, remuneração, ocupantes de cargos públicos, etc

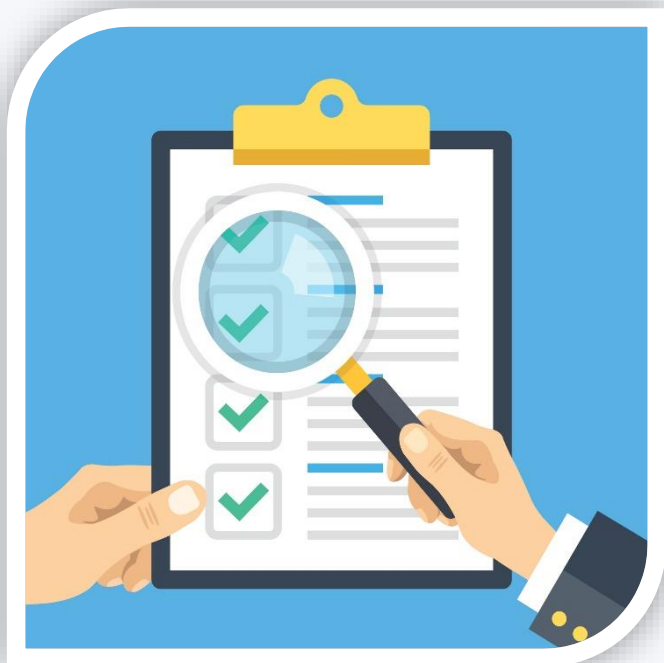


Normativas do TCE-MT

CONTAS ANUAIS

Prefeitura de Canabrava do Norte

Parecer contrário à aprovação das contas de 2016, por obstrução à atuação dos conselhos exigidos em lei, como não disponibilizar recursos orçamentários para o funcionamento dos conselhos de Saúde, Educação e Fundeb



Prefeitura de Tapurah

Recomendação para que seja assegurada a atuação dos conselhos municipais, alocando os recursos orçamentários, bem como que garanta a sua aplicação para o regular funcionamento dos conselhos municipais, conforme estabelece a Constituição Federal

Normativas do TCE-MT

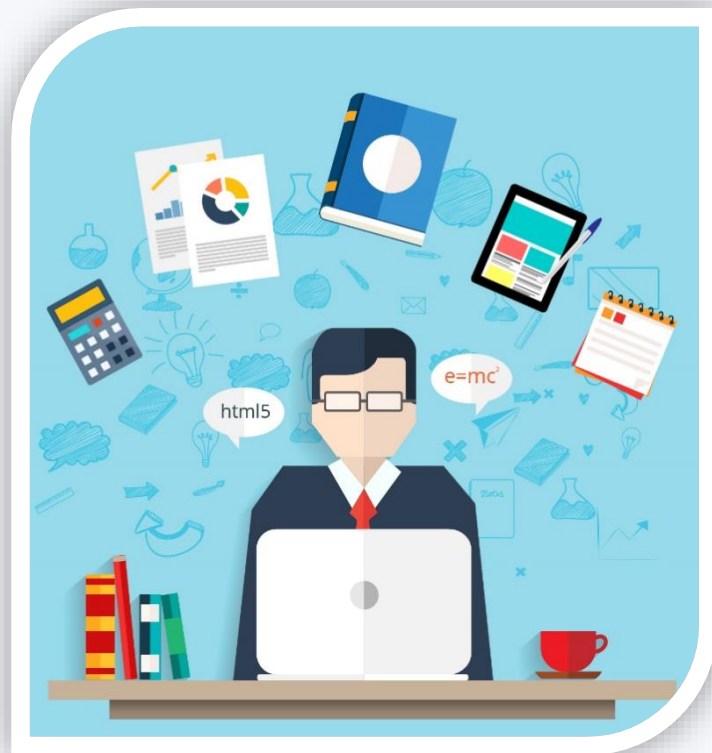
CONTAS ANUAIS

Prefeitura de São Pedro da Cipa

Recomendação para criar as condições necessárias para o funcionamento eficaz dos conselhos municipais, dando suporte e apoio na elaboração de suas peças orçamentárias, com previsão de dotação específica para cada um deles, integralizando os devidos repasses

Prefeitura de Colíder

Determinação para que realize as audiências quadrimestrais, previstas na LRF e encaminhe os documentos comprobatórios ao TCE-MT, bem como as informações referentes aos conselhos como exige a lei



Resolução Normativa nº 2/2015

Classificação de Irregularidades

Código da Irregularidade	Descrição da irregularidade	LEI
N_06 (CC)	Obstrução à atuação dos Conselhos exigidos em lei	--
N_07 (CC)	Não-implantação dos Conselhos exigidos em lei	--
N_08 (T)	Realização de Transporte Escolar em desacordo com a legislação vigente	Lei nº 9.503/1997
N_10 (T)	Descumprimento das disposições da LAI – Lei de Acesso à Informação	Lei nº 12.527/2011 RN do TCE-MT nº 25/2012, atualizada pela RN do TCE-MT nº 14/2013
N_11 (T)	Não implementação das regras da Lei de Acesso à Informação nos padrões e prazos definidos	art. 5º da RN TCE-MT nº 25/2012, atualizada pela RN do TCE-MT nº 14/2013

Resolução Normativa nº 2/2015

Classificação de Irregularidades

Código da Irregularidade	Descrição da irregularidade	LEI
N_15. (Saúde)	Inadequação de estrutura física, de recursos materiais, humanos e tecnológicos, na área de saúde, no atendimento à população	Art. 6º, da CF/1988, Art. 2º, da Lei nº 8.080/1990, Resoluções RDC nº 50/2002 e nº 42/2010, da Anvisa e ao Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde – MT
N_16. (Educação)	Inadequação de estrutura física, de recursos materiais, humanos e tecnológicos, na área de educação, no atendimento à população	Inciso IX do art. 3º, da lei 9.394/1996 e art. 6º e 227, da CF/1988
N_19. (Alimento Escolar)	Não aplicação de 30% dos recursos destinados à merenda escolar (PNAE) na aquisição de produtos da agricultura familiar sem justificativa adequada	artigos 13 e 18, da Resolução FNDE nº 38/2009

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Próximos Passos do Projeto 2



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Responsabilidades do Coordenador do Projeto 2

Conhecer as demandas da sociedade inseridas no Plano Estratégico Municipal e de que forma estão apresentadas as meta, iniciativa e ação e, então, separar de acordo com os grupos da oficina

Conhecer as metas dos Conselhos de Políticas Públicas que estão relacionadas no Plano Estratégico e identificar quais Conselhos deverão acompanhar e executar as ações para contribuir no atingimento da meta

Identificar quais Conselhos deverão acompanhar e executar ações para contribuir de forma transversal (indireta para o atingimento da meta definida)

Reunir com o Coordenador do PDI e do Projeto 1 para **apresentar as demandas e as metas de 2018** sobre as quais os Conselhos irão contribuir.

Responsabilidades do Coordenador do Projeto 2

Reunir com os Presidente de Conselho **para apresentar as demandas** inseridas no **Plano Estratégico 2018**

Identificar qual(is) conselho(s) irão trabalhar em qual meta

Elaborar com os presidentes de Conselhos um cronograma geral de atuação dos Conselhos e de reuniões de apresentação dos resultados bimestrais obtidos pelos mesmos

Elaborar com cada Presidente de Conselho um Plano de Trabalho mínimo de ações e atividades a serem cumpridas pelo Conselho

Divulgar as demandas inseridas no Plano Estratégico e as reuniões com os Conselhos nos jornais e nas mídias sociais

Responsabilidades do Coordenador do Projeto 2

Elaborar relatório de acompanhamento das demandas para os Conselhos

Acompanhar a execução das ações pelos Conselhos Municipais

Estimular a participação dos Conselhos Municipais das Audiências Públicas Municipais

Inserir dados atualizados dos Conselhos no Portal Transparência do Município

Enviar as datas das Audiências Públicas para o TCE-MT disponibilizar no Espaço Cidadão

Responsabilidades do Coordenador do Projeto 2

Divulgar os cursos do TCE-MT para os Conselhos Municipais

Participar dos cursos do TCE-MT

Conhecer as ferramentas do TCE-MT: GPE Cidadão, Geo-Obras Cidadão, Espaço Cidadão, Canais de Comunicação da Ouvidoria

Conhecer os Canais de Comunicação e a Ouvidoria do seu Município

Visitar o Controlador Interno e dialogar frequentemente sobre dificuldades na obtenção de informações, comunicação de irregularidades, etc



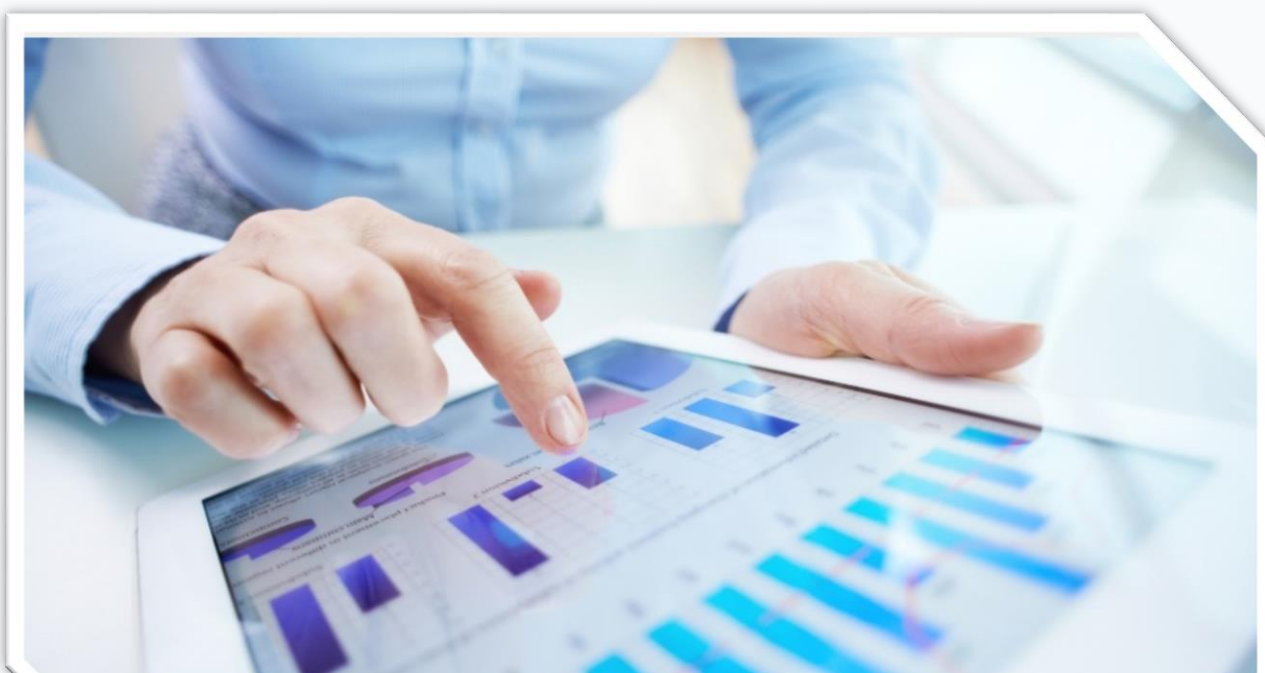
Projeto 2
Incentivo ao Acesso à Informação
e à Consciência Cidadã



AÇÕES DO CONTROLE SOCIAL – 2018

RESPONSABILIDADE DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS			
AÇÕES	NÃO EXECUTADA	EM ANDAMENTO	FINALIZADA
Conhecer as demandas da sociedade inseridas no Plano Estratégico Municipal e de que forma está apresentada: meta, iniciativa, ação etc.			
Conhecer as metas em que os CPPs estão relacionados no Plano Estratégico			
Identificar quais demandas estão relacionadas às ações e assuntos do seu conselho e quais você irá contribuir de forma transversal (indireta para o atingimento da meta definida)			
Reunir com o coordenador do Projeto 2 e os demais Presidentes de Conselhos para elaboração de um cronograma geral de atuação dos conselhos			
Elaborar junto do Coordenador do Projeto 2, o cronograma de Plano de Trabalho com ações e atividades a serem cumpridas pelo seu conselho			
Acompanhar as ações e produzir relatório bimestral do Plano de Trabalho realizadas pelo seu conselho			
Enviar por email os resultados para o coordenador do Projeto 2 do PDI			
Acompanhar as metas dos “CPPs” inseridas no Plano Estratégico Municipal participando das reuniões de apresentação de resultados			
Participar das Audiências Públicas Municipais			


Sistema GPE Cidadão, mais uma ferramenta de Controle Social à disposição no Portal do TCE-MT



www.tce.mt.gov.br

Gratidão





Mais informações sobre as ações
do TCE-MT voltadas para o cidadão,
entre em contato conosco:

SAI Secretaria de Articulação
Institucional e Desenvolvimento
da Cidadania do TCE-MT

sai@tce.mt.gov.br

Telefones: (65) 3613 2911 / 3613 2926



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO